

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO**
3ª CÂMARA CÍVEL105
L**Recurso de agravo no Agravo de Instrumento n. 334.161-9**

Agravante: Marcelo Pinto de Moura e outro

Agravado: Condomínio Colonial Inn e outro

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: Recurso de agravo no agravo de instrumento. Suspensão do processo. Sentença de mérito depende do julgamento de outra causa, art. 265, IV, a, CPC. Período máximo de 1 ano, conforme art. 265, §5º, do CPC. Agravo não provido à unanimidade.

1. Nos termos do art. 265, IV, a, do Código de Processo Civil, deve ser suspenso o processo quando sua sentença de mérito depender do julgamento de outra demanda que prejudique sua apreciação.
2. No presente caso, a primeira ação decorre do fato da invasão de parte do solo de área comum do Condomínio por seu proprietário, em virtude de construção de uma piscina. Por sua vez, a presente ação suspensa versa sobre possível dano moral decorrente do fato de ordem do síndico do Condomínio impedindo a entrada de profissionais de mão de obra qualificada para a propriedade em construção.
3. Outrossim, a fim de evitar decisões conflitantes é prudente manter a decisão de suspensão do processo, sobretudo porque as ações originárias tramitam em Comarcas distintas.
4. A prejudicialidade externa apta a suspender a ação está presente, pois o resultado do julgamento da ação de incorporação de solo alheio poderá refletir na decisão da ação de indenização por dano morais.
5. Portanto, merece ser mantida a suspensão da presente ação de indenização por danos morais, condicionada ao período máximo de 1 ano, findo o processo terá o seu normal seguimento, conforme o art. 265, §5º, do CPC.
6. Negou-se provimento ao agravo, por unanimidade.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo na Apelação n. 334.161-9, no qual figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, em negar provimento, por unanimidade, ao recurso, na conformidade do relatório, do voto e da ementa.

Recife,

25.7.14

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO**
3ª CÂMARA CÍVEL

103

Recurso de agravo no Agravo de Instrumento n. 334.161-9

Agravante: Marcelo Pinto de Moura e outro

Agravado: Condomínio Colonial Inn e outro

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto por **Marcelo Pinto de Moura e outro** contra decisão terminativa de fls. 81/82, de minha lavra.

Adoto o relatório da decisão agravada, adiante transcrito:

Ação: Marcelo Pinto e Gustavo Pinto ajuizaram ação de indenização por danos morais contra Condomínio Colonial Inn e Leonardo de Siqueira (síndico).

Os autores, proprietários de terreno no Condomínio réu, inicialmente requereram a distribuição por dependência da ação ordinária de incorporação de solo alheio na Comarca de Bezerros, proposta pelos mesmos com arrimo no art. 1258, do CC, em razão da construção de sua piscina estar adentrando em área comum do Condomínio.

Entretanto, o magistrado da Comarca de Bezerros informou que a competência para julgar a presente ação seria do juízo da Comarca de Sairé, apesar da ação da qual seria dependente já ter sido sentenciada naquela Comarca. Assim, declinando da competência, remeteu o feito para a Comarca de Sairé em razão de sua competência territorial (à fl. 33).

Os autores aduziram em síntese ter o síndico, em consequência de área invadida do Condomínio na construção da piscina, dado ordens à portaria para que não entrasse qualquer profissional de serviços, e materiais para a casa pertencente aos autores, tentando dessa forma, inviabilizar qualquer serviço que necessitasse ser feito na propriedade. Alegaram ainda: para que os autores possam ter em sua casa qualquer profissional de mão de obra qualificada, têm que se dirigir a portaria do condomínio réu e fazer adentrar os seus funcionários, fato deveras constrangedor e de grande sofrimento moral.

Por fim, requereram a indenização por danos morais.

Despacho de cunho decisório à fl. 15, proferida pelo juízo da Vara Única da Comarca de Sairé: **suspendeu o curso desta lide até o trânsito em julgado da decisão no feito n. 1235-75.2009.8.17.0280, na forma do art. 265, IV, "a", do CPC, devendo a secretaria consultar, ao menos trimestralmente o curso da referida ação.**

Para a suspensão do processo o magistrado de primeiro grau, considerou ter sido a presente ação distribuída por dependência aos autos do processo n. 1235-75.2009.8.17.0280, estando o julgamento do pleito condicionado ao deslinde da ação principal, haja vista que o desfecho daquela influenciará no mérito desta.

Agravo de instrumento de Marcelo Pinto e Gustavo Pinto às fls. 2/11: **sem preliminares. No mérito pugna pela atribuição do efeito suspensivo ativo ao presente recurso, para destrancar e dar continuidade a ação de indenização por danos morais, aduzindo o perigo da demora e fumaça do bom direito, em razão da não aplicabilidade ao caso da suspensão prevista no art. 265, IV, "a", do CPC, pois cada ação têm suas identidades e a causa de pedir completamente distintas uma da outra.**

Despacho à fl. 69: oportunizou a apresentação de resposta dos agravados ao recurso.

Contrarrazões de Condomínio Colonial Inn às fls. 72/77: **pela manutenção da decisão interlocutória em todos os seus termos.**

E acrescento:

Decisão terminativa às fls. 81/82: nos termos do art. 557, 1º-A, do CPC, deu **PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso, somente para condicionar a suspensão da ação de indenização por danos morais ao período máximo de um ano (art. 265, §5º, do CPC). A decisão constatou a presença de prejudicialidade externa apta a suspender a ação originária, pois o resultado do julgamento da ação de incorporação de solo alheio poderá refletir na decisão desta ação de indenização por danos morais.

A **Marcelo Pinto de Moura e outro** nas razões deste recurso pugna pela reforma do julgado, sustentando em síntese, pela atribuição do efeito suspensivo ativo ao agravo de instrumento para destrancar e dar continuidade a ação de indenização por danos morais, pois cada ação têm suas identidades e a causa de pedir distintas uma da outra.

Ao final, requer seja exercido o juízo de retratação por esta relatoria, para conhecer do respectivo apelo, caso contrário, sejam os autos apresentados em mesa, para proferimento de decisão colegiada, dando-se provimento ao presente recurso.

Diante da previsão contida no art. 254, §1º, do RITJPE, por não exercer o juízo de retratação, coloco o recurso em mesa para julgamento, independentemente de pauta.

É o relatório.

Recife, 25.9.17


EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de agravo no Agravo de Instrumento n. 334.161-9

Agravante: Marcelo Pinto de Moura e outro

Agravado: Condomínio Colônia Inn e outro

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

Voto

Presentes os pressupostos para a sua admissibilidade, conheço do presente recurso.

Em razão da agravante apenas ter ratificado os argumentos expostos no agravo de instrumento, verifico que todas as suas alegações foram rebatidas pela decisão agravada às fls. 81/82.

Assim, merece ser mantida por seus próprios fundamentos jurídicos.

Desta feita, reporto-me ao mérito da decisão recorrida, *in verbis*:

"(...)

Para antecipar os efeitos da tutela o magistrado deve observar a verossimilhança da alegação fundada em prova inequívoca, devendo haver o risco de dano irreparável ou de difícil reparação ou, alternativamente, o manifesto propósito protelatório do réu. Saliente-se, ainda, a impossibilidade do deferimento de tal medida quando houver perigo de irreversibilidade. Tudo conforme o art. 273, *caput*, incisos I, II, e §2º, do CPC.

Neste momento processual os agravantes pretendem destrancar a ação de danos morais que foi suspensa até o trânsito em julgado da decisão no feito n. 1235-75.2009.8.17.0280, com base no art. 265, IV, a, do CPC.

Merece parcial provimento o pedido dos agravantes. Vejamos.

Nos termos do art. 265, IV, a, do Código de Processo Civil, deve ser suspenso o processo quando sua sentença de mérito depender do julgamento de outra demanda que prejudique sua apreciação. Nesse sentido confirmam-se os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO (CPC, ART. 265, IV, A). PRAZO MÁXIMO DE UM ANO (CPC, ART. 265, § 5º).

1. Não viola o art. 535 do CPC, nem importa negativa de prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia posta.
2. Não se admite a apreciação, na via do recurso especial, de matéria constitucional.
3. Nos termos do art. 265, IV, a, do CPC, suspende-se o processo quando sua sentença de mérito depender do julgamento de outra demanda que constitua o objeto principal daquela.
4. Recurso especial a que se nega provimento."

(REsp 770771/SP, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 26.09.2005). (original sem destaques)

No presente caso, a primeira ação decorre do fato da invasão de parte do solo de área comum do Condomínio por seu proprietário, em virtude de construção de uma piscina. Por sua vez, a presente ação suspensa versa sobre possível dano moral decorrente do fato de

ordem do síndico do Condomínio impedindo a entrada de profissionais de mão de obra qualificada para a propriedade em construção.

Outrossim, a fim de evitar decisões conflitantes é prudente manter a decisão de suspensão do processo, sobretudo porque as ações originárias tramitam em Comarcas distintas.

Importante mencionar, ainda, que a ação da qual consta a questão prejudicial está perto do seu fim, pois se encontra em fase processual de julgamento dos embargos de declaração na apelação por este Tribunal de Justiça.

Portanto, a prejudicialidade externa apta a suspender a ação está presente, pois o resultado do julgamento da ação de incorporação de solo alheio poderá refletir na decisão da ação de indenização por dano morais.

Entretanto, a presente ação não pode ficar suspensa até o trânsito em julgado da ação n. 1235-75.2009.8.17.0280, conforme determinou a decisão agravada, pois conforme o art. 265, § 5º, do CPC, o período máximo de suspensão nunca poderá exceder 1 (um) ano. Após esse período o valor da celeridade prevalece ao valor da certeza, autorizando o juiz a apreciar a questão prejudicial o quanto suficiente para fundamentar a decisão.

Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme ementa reproduzida abaixo:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL (TARE). SUSPENSÃO DO PROCESSO. ARTIGO 265, DO CPC. PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DA ADIN 2.440/DF PELO STF. DECURSO DO PRAZO DE UM ANO.(...)2. Entrementes, a suspensão por prejudicialidade obedece a um prazo "improrrogável", ex vi do § 5º, do aludido dispositivo legal: "Nos casos enumerados nas letras a, b e c do nº IV, o período de suspensão nunca poderá exceder 1 (um) ano". Desta sorte, ultrapassado o "período anual" de suspensão o valor celeridade supera o valor certeza e autoriza o juiz a apreciar a questão prejudicial o quanto suficiente (*incidenter tantum*) para fundamentar a decisão, não se revestindo, essa análise, da força da coisa julgada material (art. 469, inciso III, do CPC).(...) 5. Recursos especiais desprovidos. (REsp 813.055/DF, rel. Min. Luiz Fux, julgado em 17.05.2007, DJ 31.05.2007) (original sem destaques)

Portanto, merece ser mantida a suspensão da presente ação de indenização por danos morais, entretanto, deve ser condicionada ao período máximo de 1 ano, findo o processo terá o seu normal seguimento."

Por essas razões, mantenho a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

Diante do exposto, conheço o recurso, mas voto pelo seu **NÃO PROVIMENTO**, mantendo a decisão monocrática.

É como voto.

Recife, 01.9.17

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator